



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

Ofício nº 6966/2021/SEDAM-CUC

Ao

PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA

arpa@mma.gov.br

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Ref.: E-Mail enviado na quinta-feira dia 16 de setembro de 2021 às 08h18min.

Assunto: **RESPOSTA AOS QUESTIONAMENTOS APONTADOS NO CORREIO ELETRÔNICO.**

Dúvidas e esclarecimentos sobre alterações das UCs estaduais

Ao tempo em que cumprimento Cordialmente, renovo meus votos de consideração e estiva, na oportunidade passo a responder os questionamentos enviados via e-mail institucional da secretaria, do que passo a expor:

1) Qual a perda líquida em termos de área das UCs PE de Guajará-Mirim e Resex Jaci-Paraná?

Conforme mapa do Parque Estadual de Guajará-Mirim id(0021630114) ocorreu a redução de 54.707,3855 hectares ou 547,07 km² de perda líquida da área da unidade, que corresponde a 24,73% da área total antes da desafetação.

Na Resex Jaci-paraná id(0021641299) ocorreu a redução de 175.265,5509 hectares ou 1752,65 km² de perda líquida da área da unidade, que corresponde a 88,62% da área total antes da desafetação.

2) Considerando tais desafetações e a criação, pelo mesmo dispositivo, das UCs PE Ilha das Flores, PE Abaitará, RDS Bom Jardim, RDS Limoeiro e a Reserva de Fauna Pau D'Óleo, foram realizados análise técnica e parecer em termos de impactos globais da medida considerando a qualidade ambiental e representatividade social e ecológica das UCs envolvidas?

Esta Coordenadoria, buscou informações para subsidiar a resposta desta pergunta, não consta e ou não foi devidamente levado em consideração os impactos globais desta decisão.

RESPOSTA:

Nas UCs citadas foram realizados estudos técnicos para apoiar a criação das mesmas. Os Estudos Técnicos estão anexados a presente Resposta:

ID 0021873265 - RDS Rio Machado

ID 0021873784 - ESEC Soldados da Borracha

ID 0021873848 - PE Ilha das Flores

ID 0021874039 - RDS Bom Jardim

ID 0021874148 - RDS Serra Grande

ID 0021874255 - RDS Limoeiro

Não constam em nossos arquivos estudos técnicos para a desafetação das UCs produzidos por essa Secretaria e nem pela ALE / RO.

Contudo, no dia 24 do mês novembro de 2021, o Tribunal de Justiça de Rondônia jugou a inconstitucionalidade da LEI COMPLEMENTAR Nº 1.089, DE 20 DE MAIO DE 2021 que altera os limites da Reserva Extrativista JaciParaná e do Parque Estadual de Guajará Mirim:

"Pleno do TJRO declara inconstitucionalidade de lei estadual que mudou limites de parque e reserva florestais

Seguindo o voto do relator, desembargador José Jorge Ribeiro da Luz, o Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia declarou a inconstitucionalidade da Lei Complementar Estadual nº 1089/2021, que alterou os limites da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e do Parque Estadual Guajará-Mirim. O julgamento foi realizado em sessão ordinária, na segunda-feira, 22, com transmissão pelo canal do TJRO no YouTube. Conforme a decisão, unânime, a lei viola princípios e artigos das constituições Estadual e Federal.

A inconstitucionalidade foi declarada para os artigos 1º, caput, e parágrafos primeiro e segundo; artigo 2º, caput, e parágrafos primeiro e segundo; artigo 15, caput, parágrafo único e incisos; assim como o artigo 17, e seus incisos primeiro e segundo, e os anexos. Por arrastamento, a Lei Complementar 1.096/2021 também foi declarada inconstitucional. "Julgo procedente o pedido constante desta ação", votou o relator.

Sancionada em maio de 2021, a lei desafetou duas áreas de preservação, uma redução de aproximadamente 220 mil hectares (2.200 km²). Logo após a sanção, o Ministério Público do Estado (MPRO) ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) junto ao TJRO.

Após a apresentação do relatório e sustentações orais, foi iniciada a votação. Em seu voto, o relator afirmou que a norma que reduz significativamente a área de proteção deve se basear em estudos técnicos, a fim de diminuir ou eliminar os prejuízos ambientais. Contudo, não há estudos e tampouco informações sobre as comunidades direta e indiretamente afetadas.

Tais documentos não foram juntados aos autos do processo, que foi movido pelo Ministério Público para cessar os efeitos da lei proposta pelo Poder Executivo, aprovada pelos deputados e sancionada pelo proponente. Em seguida, os demais integrantes do Tribunal participaram da votação e acompanharam o relator. Após mais de 3 horas de debates, o resultado foi declarado pelo presidente da Corte, desembargador Paulo Kiyochi Mori.

O TJRO decidiu que o Estado não pode renunciar ao dever de proteger o meio ambiente. "Não há dúvida de que a desafetação de 219 mil, 160 hectares e 23 centiares das unidades de conservação importa em significativo impacto ambiental. Embora nosso Parlamento Estadual alegue que foram realizados os estudos necessários, o órgão ambiental constatou em seu parecer a ausência de estudos técnicos", destacou o relator em seu voto.

Entre os aspectos destacados ao longo da votação está o princípio de que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito fundamental de todos e por isso o Estado tem o dever de criar e proteger espaços especialmente protegidos foram defendidos pelos magistrados".

3) No Relatório B de 2019 foi mencionado que em 2018 oito UCs haviam sido extintas pela Assembleia Legislativa do Estado. Considerando que as sinalizadas em amarelo na tabela abaixo foram recriadas entende-se que as outras 4 UCs (RDS Serra Grande e Rio Machado e ESECs Umirizal e Soldado da Borracha) seguem "extintas", correto?

Sim! No entanto, através de esforços da equipe e da procuradoria ambiental, conseguiu-se mediante a **Processo n. 0804739-62.2021.8.22.0000** revogar a extinção das Unidades de Conservações, conforme documento anexo.

FÁBIO FRANÇA DOS SANTOS

Coordenador Estadual de Unidades de Conservação-CUC

MARCÍLIO LOPES LEITE

Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental-SEDAM



Documento assinado eletronicamente por **FABIO FRANCA DOS SANTOS, Coordenador(a)**, em 30/11/2021, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCILIO LEITE LOPES, Secretário(a)**, em 30/11/2021, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0022322484** e o código CRC **3FE77D26**.